



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

APONTAMENTOS ACERCA DO ESTADO CAPITALISTA NA OBRA DE MARX

Crismanda Maria Ferreira¹

Resumo: o presente trabalho recupera a crítica marxista sobre o Estado capitalista. Discutimos, via pesquisa bibliográfica, a essência do Estado, isto é, seu caráter fundamentalmente burguês. Nessa interpretação, longe de ser um empecilho para a produção capitalista, o Estado cumpre a tarefa de garantir as condições para reprodução desse modo de produção, cuja base é exploração do proletariado.

Palavras-Chave: Capitalismo. Estado. Karl Marx.

Abstract: The present work recovers Karl Marx's critique of the capitalist state. We discuss, through bibliographical research, the essence of the state, that is, its fundamentally bourgeois character. In this interpretation, far from being an obstacle to capitalist production, the State fulfills the task of guaranteeing the conditions for reproduction of this mode of production, the basis of which is the exploitation of the proletariat.

Keywords: Capitalism. State. Karl Marx.

INTRODUÇÃO

Estamos cientes que é um grande desafio fazer uma síntese do que seria a teoria marxiana do Estado². Isso porque entendemos, na trilha do que formulou Netto (2006), ser o marxismo um projeto teórico complexo, produto da intervenção intelectual e política de gerações de homens e mulheres que se dispuseram a elaborar a história e procuraram, com maior ou menor sucesso, respostas para os problemas mais angustiantes da sociedade moderna.

Como tão grande é esse desafio de resumir em espaço curto de tempo, corremos o risco de deformar um conjunto de tantas ideias e polêmicas. Então, primeiramente, é preciso demarcar alguns elementos, conforme Netto (2006): a) a obra original de Marx (a obra marxiana) é uma teoria da sociedade burguesa e da sua ultrapassagem pela revolução proletária; b) é extremamente necessária, mas não suficiente, para explicar/entender e revolucionar o mundo contemporâneo, dadas as novas determinações históricas que se processaram desde o lastro de tempo em que viveu Marx.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Pernambuco. E-Mail: <crismandaferreira@yahoo.com.br >.

² Estamos nos referindo ao trabalho como “síntese”, uma vez que este foi formulado, inicialmente, na forma de nota de aula para disciplina “Estado, Sociedade e Direitos”, no semestre 2019.1 do curso de doutorado em Serviço Social.

Foi na primeira metade do século 19, tendo por palco a Europa Ocidental, que apareceram os pré-requisitos gerais a partir dos quais se articularam as grandes matrizes culturais do mundo contemporâneo. Mais exatamente: entre a preparação ideológica da Revolução Francesa e as sublevações operárias de 1848, emergiram os núcleos básicos daquilo que podemos chamar de razão moderna. Isso não ocorre casualmente. Foram nessas décadas que a sociedade burguesa se instaurou com seu perfil decisivamente delineado, influenciado pela Revolução Industrial. O mundo burguês engendrou uma cultura inédita e uma arte peculiar, conferindo, ao conhecimento científico da natureza, funções outrora desconhecidas, relacionando-o estreitamente à produção (NETTO, 2006).

Sobretudo, nele a economia e a sociedade foram organizadas de modo particular, submetidas ambas a uma estratégia global (a da burguesia) e a uma lógica específica (a da valorização do capital). Nisso, o que interessa é que o estabelecimento do mundo burguês abriu uma etapa de desenvolvimento sócio- humano que também cria os parâmetros para outras formas de pensamento. E elas surgem ligadas à questão-chave que, naquele momento, põe-se no coração do mundo burguês: a questão da revolução proletária. Isso tudo em um contexto no qual o proletariado estava se colocando como sujeito histórico autônomo (NETTO, 2006).

Em meados do século XIX, estavam dados os pressupostos para a emergência de uma teoria social capaz de apreender a estrutura íntima da sociedade burguesa. Marx é o pensador que funda esta teoria, num processo intelectual em que ele funda um modo radicalmente novo de compreender a sociedade burguesa — compreendê-la para superá-la.

Marx revoluciona ao: entender o homem como ser social, que ,ao transformar a natureza (através do trabalho), transforma a si mesmo; e ao contemplar a sociedade, percebe-a como uma "totalidade" (como um sistema dinâmico e contraditório, de relações articuladas que se implicam e explicam estruturalmente). Esses dois aspectos fundamentais estão estreitamente vinculados ao método em Marx, o materialismo histórico e dialético, este que implica aproximações sucessivas ao real, agarra a história dos processos simultaneamente às suas particularidades internas.

Marx, a partir do método materialista dialético, portanto, vai argumentar que a sociedade burguesa é atravessada por uma contradição insanável nos seus marcos: a *contradição entre o caráter social da produção e a sua apropriação privada* (NETTO, 2006).

Aqui nessas notas, portanto, nos detemos em explicar essa dinâmica exposta por Marx, tendo como base suas obras “Manifesto do Partido Comunista” (1848) e “Crítica do Programa de Gotha” (1875). Essas obras, ao nosso ver, constituem um passo

em frente no desenvolvimento da doutrina marxista sobre Estado. Nelas, Marx formulou a importante tese na qual uma fase especial de transição do capitalismo para o comunismo é historicamente inevitável, com uma forma de Estado apropriada, a da Ditadura do Proletariado.

1. Marx e a crítica ao capitalismo

Marx concentra seus esforços em desvelar a essência da sociedade burguesa, esta que, surgida das ruínas do antigo feudalismo, não eliminou os antagonismos entre as classes, pelo contrário, acirrou ainda mais a divisão entre exploradores e explorados. Uma divisão que passa a ser entendida pela contradição fundamental da nova ordem societária: a divisão entre capital e trabalho. O autor, na sua crítica à sociedade burguesa, afirma que se “estabeleceu [sic] novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das antigas” (MARX E ENGELS, 2011, p. 40).

A sociedade vai se dividindo em dois campos inimigos: burguesia e proletariado. A primeira suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Segundo Marx, a burguesia “aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos” (MARX E ENGELS, 2011, p. 45). Em outros termos, a burguesia – a chamada classe dominante – concentrou os meios de produção, deixando para os trabalhadores – a classe dominada – apenas a condição de subordinação através da venda de sua força de trabalho em troca de um salário, este último determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário, que garante apenas as mínimas condições de reprodução do trabalhador.

Sobre a passagem do feudalismo para o capitalismo, afirma-se:

A indústria moderna transformou a pequena oficina do mestre-artesão patriarcal na fábrica do capitalista industrial. Massas de operários, aglomeradas nas fábricas, são organizadas militarmente. Como simples soldados da indústria, são postos sob a vigilância de uma completa hierarquia de suboficiais e oficiais. Não são apenas servos da classe burguesa, do Estado burguês, mas são também, a cada dia e a cada hora, escravizados pela máquina, pelo capataz e sobretudo pelo singular burguês fabricante em pessoa. Tal despotismo é tão mais mesquinho, odioso e exasperador quanto mais abertamente proclama ser o lucro seu objetivo final (MARX E ENGELS, 2011, p. 48).

O objetivo capitalista, como a própria passagem da obra de Marx e Engels nos mostrou acima, é o lucro, mesmo que para sua obtenção precise sugar trabalho-vivo o

máximo possível, desgastando não só as condições de trabalho, mas também as condições de vida do proletariado.

A força de trabalho, sob o capitalismo, constitui-se como uma “mercadoria especial”, uma vez que cria valor. O capitalista compra a mercadoria “força de trabalho” e os trabalhadores laboram sob controle capitalista, produzindo “[...] não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só um valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor” (MARX, 2013, p. 338). E o capital tem, segundo Marx (2013, p. 392), “um único interesse vital, o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais-trabalho”. O interesse do capitalista é a produção de mais-valia, e a condição necessária para sua realização é a exploração da força de trabalho, o trabalho-vivo.

Portanto, com a consolidação do capitalismo, se acirra o antagonismo entre classes e, sobretudo, a exploração de uma classe, a trabalhadora; por outra, a capitalista, que busca potencializar o processo de valorização do capital. No entanto, a produção e reprodução capitalista também tem seus limites delineados. Esses limites, por sua vez, não estão longe da lógica imposta nesse modo de produção, pelo contrário, é a própria dinâmica capitalista que os funda. É a síntese desses limites que trataremos no tópico seguinte.

2. A base estrutural para transformação societária

As mesmas armas de que se serviu a burguesia para abater o feudalismo e explorar o proletariado voltam-se contra ela mesma. Esta não forjou, conforme Marx e Engels, “apenas as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos, os proletários” (MARX E ENGELS, 2011, p. 47).

Na mesma proporção em que se desenvolve a burguesia, ou seja, o capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que vivem apenas na medida em que encontram trabalho e que só encontram trabalho na medida em que o seu trabalho aumenta o capital” (MARX E ENGELS, 2011, p. 48).

E essa classe trabalhadora – que passa por diferentes fases de desenvolvimento – tem sua luta contra a burguesia iniciada com sua própria existência. O que fica ainda mais complexo, a partir do desenvolvimento da indústria, com o proletariado se concentrando em massas cada vez maiores.

A condição mais essencial para existência e a dominação da classe burguesa é a acumulação de riqueza nas mãos de particulares, a formação e o aumento do capital; a condição do capital é o trabalho assalariado. O trabalho assalariado baseia-se exclusivamente na concorrência dos operários entre si. O progresso da indústria, cujo agente involuntário e passivo é a própria burguesia, substitui o isolamento dos operários, resultante da concorrência, por sua união revolucionária resultante da associação. Assim, o desenvolvimento da grande indústria abala sob os pés da burguesia a própria base sobre a qual ela produz e se apropria dos produtos. ***A burguesia produz, acima de tudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis*** (MARX E ENGELS, 2011, p. 55, grifos nossos).

Na trilha interpretativa de Marx, ao atingir certo nível de desenvolvimento, o capitalismo – cuja base é a exploração da força de trabalho - engendra os meios de sua própria destruição. Na medida em que aumenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, a revolta da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa, “é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista” (MARX, 2013, p. 832). No capítulo 24 de “O Capital”, por exemplo, Marx afirma que esse é o momento no qual os expropriadores são expropriados. Afirma: “trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo” (MARX, 2013, p. 832).

O monopólio do capital se transforma num entrave para o modo de produção capitalista, que foi constituído com ele e sob ele. Nesse estágio, a centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau no qual se tornam incompatíveis com o invólucro do capital.

O modo de apropriação capitalista, que deriva do modo de produção capitalista, ou seja, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual, fundada no trabalho próprio. Todavia, a produção capitalista produz, com a mesma necessidade de um processo natural, sua própria negação. É a negação da negação. Ela não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual sobre a base daquilo que foi conquistado na era capitalista [...] (MARX, 2013, p. 832).

O objetivo dos comunistas, portanto, é a constituição do proletariado em classe, derrubada da dominação da burguesia e a conquista do poder político pelo proletariado. Isso, para Marx, não eram meras proposições teóricas, mas sim a expressão geral das condições efetivas da luta de classes já existente, “de um movimento histórico que se desenrola sob nossos olhos” (MARX E ENGELS, 2011, p. 57), e que exige a abolição da propriedade privada.

Horrorizai-vos porque queremos abolir a propriedade privada. Mas em vossa atual sociedade a propriedade privada já está abolida para nove décimos de seus membros; ela existe precisamente porque não existe para esses nove décimos. Censurai-nos, portanto, por querer abolir uma propriedade cuja

condição necessária é a ausência de toda e qualquer propriedade para a imensa maioria da sociedade (MARX E ENGELS, 2011, p. 60).

O autor defendeu firmemente a ideia de supressão da velha sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos, e o surgimento de uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um seria a condição para o livre desenvolvimento de todos. Vejamos as medidas que deveriam ser aplicadas, segundo a defesa de Marx e Engels (2011):

- Expropriação da propriedade fundiária e emprego da renda da terra nas despesas do Estado;
- Imposto fortemente progressivo;
- Abolição do direito de herança;
- Confisco de propriedade de todos os emigrados e rebeldes;
- Centralização do crédito nas mãos do Estado, por meio de um banco nacional com capital do Estado e monopólio exclusivo;
- Centralização dos meios de transporte nas mãos do Estado;
- Multiplicação das fábricas nacionais e dos instrumentos de produção; cultivo e melhoramento das terras;
- Trabalho igual e comum para todos;
- Unificação dos serviços agrícolas e industriais, visando eliminar gradualmente as diferenças entre campo e cidade;
- Educação pública e gratuita de todas as crianças; eliminação do trabalho infantil nas fábricas; combinação da educação com a produção material.

Marx, na sua crítica ao programa de unificação proposto pelo campo social-democrata do partido comunista - julgado inaceitável e desmoralizante – aponta que nada se pode tornar propriedade dos indivíduos, com exceção dos meios de consumo individuais. A igualdade, nesse sentido, é um princípio da sociedade comunista, consistindo no fato de o trabalho ter a função de unidade de medida comum.

A luta do proletariado, por sua vez, deve ter caráter internacional. Marx defendeu que a classe operária, obviamente, “deve antes de organizar no seu próprio meio como classe e que o seu próprio país é o teatro imediato dessa luta” (MARX, 1975, p. 27), porém – considerando o quadro mundial do mercado capitalista, a luta deve ter como horizonte a formação de uma fraternidade internacional dos povos. A luta dará fim à sociedade burguesa e com “supressão das diferenças de classes, desaparece toda a espécie de desigualdade social e política que daí resulta” (MARX, 1975, p. 31).

Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista situa-se o período de transformação revolucionária de uma na outra. A este período corresponde igualmente uma fase de transição política em que o Estado não poderá ser outra coisa senão a ditadura revolucionária do proletariado [...] as suas

reivindicações políticas não contêm nada além da velha litania democrática que corre mundo: sufrágio universal, legislação direta, justiça popular, milícia do povo, etc. (MARX, 1975, p. 36-37).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestes breves apontamentos que trouxemos neste trabalho, não tivemos pretensão de abarcar todos os elementos acerca do Estado na obra de Marx. Aqui, fizemos o esforço de síntese para aqueles que, atualmente, buscam se aproximar das ideias de Marx para pensar o presente. Entendemos que a concepção de Marx sobre o Estado, ainda que abra muitas polêmicas no campo do próprio marxismo, é fundamental para rebater aqueles que pensam existir um Estado neutro, “igual para todos” e distanciado da lógica burguesa.

O que tratamos no trabalho desvela que o capitalismo acirrou a divisão entre exploradores e explorados. Nesse modo de produção, os capitalistas constituem a classe que detém os meios de produção e concentram a riqueza socialmente produzida, enquanto os trabalhadores, subordinados, vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de um salário que garante apenas as mínimas condições de reprodução social. Ou seja, enquanto uma minoria tem toda a riqueza nas mãos, a maioria só tem a força de trabalho a ser vendida e explorada.

No capitalismo, são os trabalhadores que criam as condições para acumulação de capital por meio de seu trabalho, uma vez que, como discutimos, este modo de produção se sustenta através da exploração da força de trabalho. Contudo, é essa mesma lógica capitalista de acumulação que constrói, segundo Marx, as bases para supressão dessa ordem societária. Com o aumento da miséria, da opressão, da exploração, a classe trabalhadora, unida e organizada, colocará fim ao capitalismo e construirá uma nova ordem societária sem classes.

O Estado, como vimos, tem como essência os valores dominantes, servindo ao capital e aos capitalistas. Ainda que, e é essa a polêmica que se abre no campo do marxismo, existam as tensões determinadas pela correlação de forças políticas, com seus variados interesses de classe, que disputam a hegemonia do Estado.

REFERÊNCIAS

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Crítica dos Programas de Gotha e de Erfurt**. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARX, Karl. **O capital. Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo. **O que é o marxismo?** São Paulo: Brasiliense, 2006.